



Estrada de Ferro Carajás

Informações financeiras intermediárias

“Carve-out” do período de três meses findo em
31 de março de 2026

Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações financeiras intermediárias “Carve-out”

Demonstração Intermediária do Resultado	3
Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa	4
Balanco Patrimonial Intermediário	5
Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração Intermediária do Valor Adicionado	7
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias "Carve-out"	8
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”	8
3. Receita de serviços, líquida	10
4. Custos e despesas por natureza	10
5. Resultado financeiro	11
6. Tributos sobre o lucro	12
7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias	12
8. Intangível	13
9. Imobilizado	14
10. Provisões para processos judiciais	15
11. Patrimônio líquido	16
12. Partes relacionadas	17
Responsável Técnico	17

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração Intermediária do Resultado

Em milhares de reais

		Período de três meses findo em 31 de março de	
	Notas	2026	2025
Receita de serviços, líquida	3	1.662.013	1.680.233
Custos dos serviços prestados	4(a)	(1.364.878)	(1.293.381)
Lucro bruto		297.135	386.852
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(9.337)	(9.494)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	4(c)	(35.577)	(8.102)
Lucro operacional		252.221	369.256
Resultado financeiro, líquido	5	(271.903)	(287.781)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(19.682)	81.475
Tributos sobre o lucro			
	6		
Imposto de renda		–	(20.369)
Contribuição social		–	(7.333)
		–	(27.702)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(19.682)	53.773

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa
 Em milhares de reais

		Período de três meses findo em 31 de março de	
	Notas	2026	2025
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(19.682)	81.475
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8 e 9	407.445	374.946
Atualização do contrato de concessão	5	63.505	62.925
Provisão para processos judiciais	4 (c) e 10	1.797	4.059
Perda com baixas do imobilizado e intangível	8 e 9	1.101	91.764
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(39.277)	(39.189)
Almoxarifado		(37.544)	(5.545)
Tributos a recuperar		(58.799)	(78.206)
Depósitos judiciais		(1.740)	1.126
Fornecedores		(107.705)	(107.625)
Fornecedores - Partes relacionadas		(1.874)	(9.837)
Obrigações sociais e tributárias		(27.048)	110.171
Contingências		(1.781)	(4.005)
Outros ativos e passivos, líquidos		(136.344)	(90.269)
Disponibilidades proveniente das atividades operacionais		42.054	391.790
Fluxo das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	8 e 9	(357.846)	(396.301)
Pagamento dos passivos relacionados a outorga da concessão		(53.297)	(77.384)
Disponibilidades utilizadas nas atividades de investimento		(411.143)	(473.685)
(Redução) das disponibilidades no período		(369.089)	(81.895)
Transferência das disponibilidades para partes relacionadas		369.089	81.895
Partes relacionadas no início do período		15.078.424	15.743.047
Partes relacionadas ao final do período		15.447.513	15.824.942

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Balço Patrimonial Intermediário
Em milhares de reais

	Notas	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo			
Ativo circulante			
Partes relacionadas	12	57.492	18.215
Almoxarifado		298.392	260.848
Outros		128.679	58.805
		484.563	337.868
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	1.388.478	1.329.679
Depósitos judiciais	10	51.018	49.278
		1.439.496	1.378.957
Intangível	8	19.607.627	19.851.224
Imobilizado	9	15.741.482	15.598.949
		35.349.109	35.450.173
Total do ativo		37.273.168	37.166.998
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		650.105	757.810
Obrigações sociais e tributárias	7	5.965.525	5.992.573
Partes relacionadas	12	946	2.820
Dividendos a pagar	11(c)	223.300	223.300
Passivos relacionados a outorga da concessão	8	492.251	423.801
Outros		192.904	263.853
		7.525.031	7.664.157
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	12	15.447.513	15.078.424
Passivos relacionados a outorga da concessão	8	2.870.776	2.979.382
Provisões para processos judiciais	10	170.334	165.839
		18.488.623	18.223.645
Total do passivo		26.013.654	25.887.802
Patrimônio líquido			
	11		
Contribuição de capital		3.597.790	3.597.790
Reserva legal		503.700	503.700
Outras reservas de lucros		7.177.706	7.177.706
(Prejuízos) acumulados		(19.682)	–
Total do patrimônio líquido		11.259.514	11.279.196
Total do passivo e patrimônio líquido		37.273.168	37.166.998

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.597.790	456.689	6.507.807	–	10.562.286
Lucro líquido do período				53.773	53.773
Saldo em 31 de março de 2025	3.597.790	456.689	6.507.807	53.773	10.616.059

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	(Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.597.790	503.700	7.177.706	–	11.279.196
(Prejuízo) do período	–	–	–	(19.682)	(19.682)
Saldo em 31 de março de 2026	3.597.790	503.700	7.177.706	(19.682)	11.259.514

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração Intermediária do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Receita bruta		
Receita de serviços	2.086.410	2.116.808
Outras receitas	27.628	24.768
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(297.179)	(359.224)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(398.948)	(319.099)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(17.519)	(14.718)
Outras despesas	(72.544)	(42.365)
Valor adicionado bruto	1.327.848	1.406.170
Depreciação e amortização	(407.443)	(374.946)
Valor adicionado líquido	920.405	1.031.224
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	4.305	762
Total do valor adicionado a distribuir	924.710	1.031.986
Remuneração direta	145.889	139.117
INSS	29.723	28.414
FGTS	8.491	7.917
Benefícios	59.685	49.946
Despesas financeiras	276.208	288.542
Impostos federais	186.016	218.643
Impostos estaduais	238.380	245.634
Lucro líquido (prejuízo) do período	(19.682)	53.773
Distribuição do valor adicionado	924.710	1.031.986

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a "Ferrovia" ou "EFC") compreende uma ferrovia de 979 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e a Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes ("MT"), a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma repactuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União. Entretanto, em 28 de agosto de 2025, no contexto da solução consensual conduzida pelo Tribunal de Contas da União, não foi possível alcançar consenso entre as partes dentro do prazo estipulado.

Em 16 de abril de 2026 (evento subsequente), o Conselho de Administração da Vale aprovou a continuidade das negociações relativas à otimização dos contratos de concessão da EFC, junto ao MT, a ANTT e a Infra S.A., no âmbito de suas respectivas competências legais. Os potenciais impactos contábeis, se houver, serão reconhecidos no período em que um acordo for assinado.

Apesar das discussões em andamento, os contratos de concessão permanecem vigentes, a Companhia mantém-se adimplente em relação às obrigações estabelecidas e segue comprometida com os termos gerais definidos no acordo celebrado em 30 de dezembro de 2024. A Companhia entende que as provisões registradas, bem como seu respectivo reflexo no ativo intangível, continuam adequadas para o cumprimento das obrigações relacionadas às concessões e realização dos respectivos ativos, razão pela qual não houve impactos nos montantes registrados em seus ativos e passivos.

Em 31 de março de 2026, a Ferrovia EFC possui um passivo relacionado a outorga da concessão no valor de R\$ 3.363.027 (R\$ 3.403.183 em 31 de dezembro de 2025).

2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias "Carve-out"

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias "Carve-out" ("informações financeiras intermediárias") foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões ("Anexo 8") celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas informações financeiras intermediárias e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale, incluindo o gerenciamento do caixa centralizado.

b) Base de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do "Anexo 8" firmado com a União.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Vale, em 13 de maio de 2026.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a ANTT, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Anexo 8 e incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 9 e 10.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 12, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação das disponibilidades, definidas no referido Anexo 8 como saldos com partes relacionadas com a Companhia.

h) Conflito no oriente médio

A escalada das tensões geopolíticas no Oriente Médio em 2026 e as restrições logísticas associadas elevaram a complexidade do ambiente operacional internacional. A Vale está monitorando os desdobramentos deste tema e, até o momento, não espera impactos significativos em suas operações.

3. Receita de serviços, líquida

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Transporte próprio da Vale	1.933.803	2.009.301
Transporte de carga geral e de passageiros	62.762	45.674
Receita acessória de transporte	89.845	61.832
Impostos sobre receitas	(424.397)	(436.574)
Total	1.662.013	1.680.233

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Pessoal	(243.788)	(225.395)
Material e serviço	(412.760)	(330.678)
Óleo combustível e gases	(220.403)	(250.876)
Depreciação e amortização	(407.443)	(374.946)
Outros	(80.484)	(111.486)
Total	(1.364.878)	(1.293.381)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Pessoal	(4.696)	(4.831)
Serviços	(2.101)	(1.687)
Depreciação e amortização	(621)	(1.713)
Outras	(1.919)	(1.263)
Total	(9.337)	(9.494)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Provisão para processos judiciais (nota 10)	(2.054)	(4.059)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.459)	(19.608)
Venda de materiais	27.480	24.463
Ajuste de inventário de ativos	(53.517)	(9.878)
Outras	(2.027)	980
Total	(35.577)	(8.102)

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Despesas financeiras		
Juros com partes relacionadas	(207.917)	(223.576)
Atualização do contrato de concessão	(63.505)	(62.925)
Variações monetárias e cambiais	(4.786)	(2.041)
	(276.208)	(288.542)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	4.305	761
	4.305	761
Resultado financeiro líquido	(271.903)	(287.781)

Política contábil

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens da despesa financeira e receitas financeiras estão demonstradas na nota explicativa "12. Partes relacionadas" e "8. Intangível"

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2026	2025
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(19.682)	81.475
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	-	(27.702)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo		
COFINS	1.178.734	1.130.430
PIS	209.744	199.249
Total a recuperar	1.388.478	1.329.679
Passivo		
Obrigações sociais	167.804	239.097
ISS	9.247	10.004
IRPJ	3.709.045	3.711.236
CSLL	1.349.102	1.349.118
Outras	730.327	683.118
Total a recolher	5.965.525	5.992.572

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

8. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.785.265
Adições	115.336
Atualização do contrato de concessão	(4.120)
Amortização	(187.662)
Baixas	(6.751)
Saldo em 31 de março de 2025	19.702.068
Custo	25.922.640
Amortização	(6.220.572)
Saldo em 31 de março de 2025	19.702.068
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.851.224
Adições	24.930
Atualização do contrato de concessão	(50.364)
Amortização	(217.062)
Baixas	(1.101)
Saldo em 31 de março de 2026	19.607.627
Custo	26.546.108
Amortização	(6.938.481)
Saldo em 31 de março de 2026	19.607.627

Passivos relacionados a outorga da concessão

O passivo reconhecido da EFC, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos, que totalizam um montante de R\$ 3.363.027 em 31 de março de 2026 (R\$ 3.403.183 em 31 de dezembro de 2025). A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela ANTT, podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Política contábil

Intangível - Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

Os pagamentos relacionados à outorga são descontados utilizando-se o custo médio ponderado de capital ("WACC") regulatório, que é a taxa de juros explícita no contrato de concessão conforme determinado pela ANTT, e os pagamentos relacionados às demais obrigações de investimento são descontados por uma taxa incremental para refletir o valor do dinheiro no tempo, ou seja, uma taxa de juros livre de risco aplicável ao ambiente econômico no qual a Companhia opera e com termos e condições equivalentes aos das obrigações assumidas.

Os valores a pagar à título de outorga por direitos de concessão são registrados em contrapartida ao ativo intangível.

9. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Superestruturas e infraestruturas ferroviárias (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.974.746	4.184.233	279.631	5.617.671	3.335.430	15.391.711
Adições	–	–	–	–	280.965	280.965
Baixas (ii)	–	–	–	(2.361)	(82.652)	(85.013)
Depreciação	(3.323)	(60.489)	(10.302)	(113.170)	–	(187.284)
Transferências (iii)	10.063	13.856	(10.105)	121.086	(134.900)	–
Saldo em 31 de março de 2025	1.981.486	4.137.600	259.224	5.623.226	3.398.843	15.400.379
Custo	2.777.469	7.052.432	973.632	9.804.322	3.398.843	24.006.699
Depreciação acumulada	(795.983)	(2.914.832)	(714.409)	(4.181.096)	–	(8.606.320)
Saldo em 31 de março de 2025	1.981.486	4.137.600	259.223	5.623.226	3.398.843	15.400.379

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Superestruturas e infraestruturas ferroviárias (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.966.298	3.038.343	222.071	5.599.583	3.772.654	15.598.949
Adições	–	–	–	–	332.916	332.916
Baixas (ii)	–	–	–	–	–	–
Depreciação	(3.235)	(55.538)	(10.855)	(120.755)	–	(190.383)
Transferências (iii)	(15.290)	(53.163)	4.083	31.543	32.827	–
Saldo em 31 de março de 2026	2.947.773	2.929.642	215.299	5.510.371	4.138.397	15.741.482
Custo	4.751.312	5.339.419	1.049.889	9.948.382	4.138.397	25.227.399
Depreciação acumulada	(1.803.539)	(2.409.777)	(834.590)	(4.438.011)	–	(9.485.917)
Saldo em 31 de março de 2026	2.947.773	2.929.642	215.299	5.510.371	4.138.397	15.741.482

(i) Refere-se a ativos vinculados à operação ferroviária, incluindo material rodante e infraestrutura.

(ii) Refere-se às baixas de ativos imobilizados, decorrentes de alienações, desativações operacionais ou da saída de ativos do respectivo centro de lucro.

(iii) Refere-se às transferências de ativos entre centros de lucro, decorrentes de realocações internas. Tais movimentações podem gerar efeitos positivos ou negativos entre rubricas, sem impactar o valor contábil do ativo.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

10. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos tributários – A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados à diversos tributos.

Processos cíveis – Ações em que são discutidas: indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de desequilíbrio ou descumprimentos contratuais que são alegados por fornecedores.

Processos trabalhistas – Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais – Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.099	27.725	29.311	1.501	72.636
Adições e reversões, líquido	-	564	3.495	-	4.059
Pagamento	-	(347)	(5.604)	-	(5.951)
Atualizações monetárias, líquido	307	647	960	32	1.947
Saldo em 31 de março de 2025	14.406	28.589	28.162	1.533	72.690

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais (i)	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.627	34.031	114.410	1.771	165.839
Adições e reversões, líquido	-	(257)	2.054	-	1.797
Pagamento	-	(119)	(1.662)	-	(1.781)

Atualizações monetárias, líquido	270	682	3.483	44	4.479
Saldo em 31 de março de 2026	15.897	34.337	118.285	1.815	170.334

b) Processos judiciais não provisionados

	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Processos tributários	120.030	104.038
Processos cíveis	1.189.392	1.154.674
Processos trabalhistas	241.016	229.340
Processos ambientais	81.456	74.769
Total	1.631.894	1.562.821

c) Depósitos judiciais

	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Processos tributários	454	444
Processos cíveis	11.998	11.579
Processos trabalhistas	25.184	24.273
Processos ambientais	13.382	12.982
Total	51.018	49.278

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

Para fins das informações financeiras intermediárias, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

Em 31 de março de 2026, a contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

Em 31 de março de 2026, as reservas de lucros são de R\$ 7.661.724 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do período corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 31 de março de 2026 não foram destinados valores para “dividendos a pagar”, permanecendo o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 223.300.

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

12. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Vale (i)	–	–	15.447.513	15.078.424	1.938.251	2.004.987
VLI	42.724	4.026	–	1.813	39.417	48.393
Ferrovia Norte Sul	3.731	2.212	–	31	82.782	32.021
Outros	11.037	11.977	946	976	25.960	22.779
Total	57.492	18.215	15.448.459	15.081.244	2.086.410	2.108.180

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de disponibilidades, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, incluídas no saldo de partes relacionadas nesta demonstração financeira, criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base nas aplicações financeiras praticados pela Vale com a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

Responsável Técnico

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O